

Funaro leva Amaral Netto aos tribunais

O líder do PDS na Câmara, deputado Amaral Netto, será processado pelas acusações que vem fazendo ao ministro da Fazenda, Dilsun Funaro. A Procuradoria Geral da República já instruiu o processo, alegando calúnia e difamação e usando para tanto os discursos que o político pedesista faz há algum tempo contra o ministro.

A gota d'água foi o discurso proferido por Amaral Netto há nove dias, quando ele usou termos considerados ofensivos ao Ministro e publicado na imprensa. Entre outros insultos, o deputado disse que Dilsun Funaro era ladrão, quando tratou de financiamentos e outras regalias obtidas pelo grupo de sua propriedade.

Ontem, o líder Amaral Netto divulgou o texto de uma carta que dirigiu ao senador Fernando Henrique Cardoso na qual anuncia que amanhã, a partir das 9h, estará no auditório Pe-

trônio Portela para interpelar o ministro Dilsun Funaro, que tem encontro marcado com a bancada do PMDB.

Segundo Amaral Netto, há cerca de 45 dias ele foi convidado pelo senador para um encontro com o Ministro, depois adiado. Dias depois, soube que esse encontro seria realizado no auditório Nereu Ramos, na Câmara, e aguardou a chegada de Dilsun Funaro, que acabou não indo. Mas para o de amanhã, acha que está valendo o convite de Fernando Henrique Cardoso e decidiu participar.

Todavia, assinala na carta que não se responsabiliza pelos incidentes que sua atitude possa provocar, mas toma como obrigação ir ao encontro do Ministro, já que as oposições não conseguiram levá-lo ao plenário da Câmara embora queiram debater a grave situação nacional no tocante à política econômica e financeira.



Na reunião da executiva, Ulysses Guimarães ouviu críticas e aceita reduzir seus poderes

PMDB já discute mandato de Sarney

Duas propostas distintas foram apresentadas ontem na reunião da Executiva Nacional do PMDB para definir a duração do mandato do presidente José Sarney. A sugestão do ministro da Reforma Agrária, Dante de Oliveira, é a realização de um plebiscito dentro do partido, enquanto o senador gaúcho José Fogaça defende a convocação de uma convenção nacional.

Durante a reunião, a Executiva Nacional aprovou também um documento de apoio ao presidente José Sarney e ao ministro Dilsun Funaro, no tratamento que vem dando à questão da dívida externa.

O ministro Dante de Oliveira defendeu a necessidade de definição do mandato do presidente José Sarney, até para o sucesso da política econômica, interna e externamente, mas argumentou que todo o partido deve participar da discussão, através de um plebiscito.

Dante de Oliveira conversou na última segunda-feira com o presidente José Sarney, e ouviu, textualmente, o seguinte: "Eu desejo que as forças políticas definam a duração do meu mandato. Não me interessa se será um dia, um mês ou um ano depois da Constituinte".

Ele, como o deputado Chico Pinto, também criticou a posição do PMDB que, afirmou, "está sem propostas para os principais problemas do País". O PMDB, concluiu Dante de Oliveira, "precisa se encontrar com sua própria história, que é a história do avanço, das mudanças".

O presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, informou que a definição do mandato presidencial foi discutida durante a reunião da Executiva.

Dante de Oliveira conversou na última segunda-feira com o presidente José Sarney, e ouviu, textualmente, o seguinte: "Eu desejo que as forças políticas definam a duração do meu mandato. Não me interessa se será um dia, um mês ou um ano depois da Constituinte".

que não daria nenhuma garantia real ao presidente".

Para o senador José Fogaça, "a questão do mandato do Presidente é inadiável, porque o debate do não econômico que amarra o País depende do desate desse não político, que é a questão do mandato presidencial". Ele adverte ainda que "é um equívoco supor que a crise definirá o tempo do mandato". E observa que "quem apostar nisso, está apostando no caos e no golpe".

"Ao discutir o mandato presidencial, o PMDB deve levar em conta dois pressupostos: o sistema de governo (parlamentarismo ou presidencialismo); a Aliança Democrática e a transição para a democracia, um tema que o partido tem deixado de lado", disse Fogaça.

A Aliança Democrática, entendida como fato político transitório, com objetivo específico e circunstancial, é, segundo o constituinte gaúcho, "legítima e respeitável, e tem o reconhecimento da sociedade, porque há uma clara consciência, em todos os segmentos sociais, de que esse arcabouço político era imprescindível para a transição democrática".

Observou que, dentro do PMDB, há quem defenda o rompimento com o PFL, por ser este partido remanescente do autoritarismo; e também quem entende que a Aliança Democrática deve durar indefinidamente: "Nem uma coisa, nem outra. Nem chegou o momento da ruptura, nem a Aliança é infinita".

GOLPE

Sobre a tese de que a Constituição em vigor assegura seis anos para o presidente José Sarney — o ministro Marco Maciel, do Gabinete Civil, defende essa posição — Dante de Oliveira

NO ECONOMICO

O senador José Fogaça propôs à Executiva Nacional do PMDB a realização de uma convenção nacional do partido, na segunda quinzena de abril ou na primeira semana de maio, para definir o mandato do presidente José Sarney. Essa definição, segundo ele, não poderia ficar restrita à cúpula partidária, "por-

Arinos quer definir o regime

senador Afonso Arinos (PFL-RJ) apoiou ontem a proposta de resolução apresentada pelo deputado César Cais Neto (PDS-CE) estabelecendo que a Constituinte decidirá, preliminarmente, o sistema de governo e definirá o mandato do presidente Sarney até 15 de maio vindouro, data marcada para o início de sua viagem à Índia.

O presidente do Grupo Interparlamentarista, senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), divulgou ontem proposta de emenda constitucional estabelecendo a mudança de regime. O senador Marcondes Gadelha (PFL-PB), coordenador desse grupo, espera fazer ainda esta semana a primeira reunião formal dos parlamentares na Constituinte.

O movimento em favor do parlamentarismo será intensificado a partir desta semana. O senador Leite Chaves

(PMDB-PR) acredita que poderá ser aprovada, em caráter de urgência, emenda à atual Constituição estabelecendo o regime parlamentarista, com a "reforma do ministério sendo feita no novo regime". Chaves quer quatro anos para Sarney no presidencialismo, mas aceita seis no parlamentarismo.

O presidente da Assembleia Constituinte e do PMDB, Ulysses Guimarães, tem dito que a maioria peemedebista é favorável a um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique, diz que a maioria defende quatro. Uma consulta entre 35 dos 63 membros da Comissão de Organização dos Poderes — entre eles 18 peemedebistas — mostra que Ulysses e Fernando Henrique podem ter uma

desagradável surpresa: 15 preferem seis anos para Sarney, sete optam por quatro anos, cinco ainda não decidiram e nenhum optou por um mandato de cinco anos.

O provável relator geral desta comissão, deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), não quis adiantar sua posição pessoal e acredita que somente durante os debates poderá ser fixada uma tendência geral de seus integrantes. Alguns constituintes, como o deputado Lúcio Alcântara (PFL-CE), acham que o mandato do presidente Sarney deve ter a mesma duração de seus sucessores, enquanto outros, como o senador Leite Chaves (PMDB-PR), defendem quatro anos para os futuros presidentes mas querem assegurar seis para Sarney. Os três membros do PDT querem a renúncia de Sarney.

Constituinte não tem espaços para Maciel

Se depender de amigos e conselheiros antigos, o ministro Marco Maciel não pede demissão no Gabinete Civil da Presidência para cuidar da bancada do PFL na Constituinte. "No Planalto, Marco pode ser muito mais útil ao partido e ao presidente Sarney", comenta um dos amigos com acesso diário ao Gabinete Civil.

Na realidade, não teria Marco Maciel muito espaço para trabalhar na Constituinte. Um político com a sua expressão precisaria dispor de um espaço que lhe permitisse uma ação decisiva na operação da nova Constituinte, o que passou a ser uma possibilidade remota.

A área de manobra ficou mais curta desde que o presidente Sarney recusou a estratégia que Maciel desenhava para a operação na Constituinte: a partir dos temas mais explosivos da nova Constituição, implodir o PMDB e negociar com os seus fragmentos os interesses da Presidência da República. Preferiu Sarney, ao contrário, fortalecer ao deputado Ulysses Guimarães, para que ele unisse o PMDB ao seu redor. Com isso, acreditava o presidente que seria mais cômoda a negociação dos seus interesses junto à Constituinte: bastaria dialogar

com Ulysses, presidente do PMDB, que responderia pela bancada.

COVAS

As coisas mudaram sobretudo há duas semanas, depois da eleição do senador Mário Covas pela bancada do PMDB para sua liderança na Constituinte. Como se sabe, preferia o presidente o outro candidato, deputado Luiz Henrique, o predileto também de Ulysses. Coube ao senador José Richa, amigo de

Covas, pedir ao Presidente, dois dias antes, que ficasse neutro na disputa.

"Obrigado, Sarney, pela sua neutralidade", agradeceu Richa ao Presidente, ao telefone, no momento em que Covas foi eleito pela bancada sem a interferência do Planalto. Confrontado, o Presidente cumprimentou a Richa pela eleição do amigo. No Gabinete Civil, passou-se a trabalhar com uma nova realidade na Constituinte, mesmo porque, logo depois, o PMDB excluiu o PFL da mesa.

Na nova realidade, precisaria Maciel, se voltasse ao Senado, operar num quadro com uma taxa de confrontos perigosos com o PMDB, muito alta para quem sente necessidade de preservar-se de desgastes desnecessários. E teria, do outro lado, um líder forte e combativo como Covas, que emergiu de sua própria bancada.

Haveria também problema do lado interno, onde o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, gosta de ocupar todos os espaços, dar palpites sobre todas as questões e participar ativamente de todas as operações. Evidentemente, uma pessoa com tanto voluntarismo poderia constrear os movimentos de Maciel, mesmo porque o líder da bancada é Chiarelli.



Marco Maciel

Figueiredo acha a atual ditadura pior

Rio — "A grande falha da revolução foi eu: foi terem me escolhido para presidente da República, porque dei a abertura pensando que ia dar numa democracia e deu neste troço que não sei o que é". Com esse desabafo, o ex-presidente João Figueiredo iniciou uma série de críticas ao atual Governo, após a missa, ontem, na igreja Santa Cruz, dos militares, em homenagem aos 23 anos da revolução de 64. A solenidade lotou a igreja, no centro, e serviu como ponto de reencontro de vários articuladores da revolução, políticos e ex-ministros dos governos militares.

Figueiredo, de início, evitou o contato com a imprensa, mas assim que começou a falar, responsabilizou o governo do presidente Sarney pela situação do País. E ao respon-

der a um repórter, que lembrou dos que classificaram seu governo como uma ditadura, afirmou "Falava em ditadura é pior? A minha ou esta ditadura econômica que está aí? Pergunte ao povo". Disse que os problemas atuais demonstram que "revolução não era tão ruim assim, como se dizia. Há coisas piores".

Durante a missa, rezada pelo capelão do Comando Militar do leste, José de Anchieta, uma nota distribuída aos presentes conclamava todos a defenderem o Brasil da "ascensão cada vez maior de políticos comunistas aos postos da Nação", acusando-os de tentarem alinhar o País ao "credo russo". Mais informações sobre as comemorações do 31 de março na página 5.

Pronto esquema para reabilitar Aliança

Depois de tentar várias incursões através da cúpula do PMDB, onde buscou um apoio que não veio, o líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, já tem uma estratégia pronta para colocar em prática o plano de rearticular e revitalizar a Aliança Democrática. E através dos coordenadores de bancada do PMDB, com os quais tem obtido boa receptividade à ideia de estabelecer as bases de sustentação do Governo em moldes permanentes.

Sant'Anna acredita que os coordenadores são o elo fundamental nessa estratégia, porque foram eleitos pelos deputados e dispõem, por outro lado, de um estreito relacionamento com os governadores de estado, que por sua vez prezam do Governo Federal e exercem forte influência sobre os representantes de seus estados. Desse modo, pôs mãos à obra e vem apurando o pensamento de cada grupo, ligações políticas, satisfações e insatisfações, pletos — entre outros aspectos.

Todavia, além de contar com os coordenadores de bancada como aliados, o líder governista não está dispensando contato pessoal com cada deputado do PMDB. Apenas, quando trilha este caminho já tem todo um levantamento preciso sobre quem é seu interlocutor e as formas de abordá-lo. Para Sant'Anna, isso ajuda a facilitar a articulação do plano de sustentação do Governo que tenta executar.

Na sua opinião, o principal no momento é tentar reviver o grupo de moderados do PMDB, hoje designado como social-democrata, fazendo com que assumam a predominância do partido. E buscar formas de contemporizar os problemas nas demais correntes do PMDB, apostando na unidade partidária. Como lembrou o líder, apesar de ter várias ten-

dências, essa sempre foi a característica da legenda presidida pelo deputado Ulysses Guimarães e deve ser preservada. Ele apenas deseja que a meta passe a ser unidade na sustentação do Governo.

O apoio dos coordenadores servirá também para corrigir rumos nesse contexto. O líder governista tem apurado que existe uma grande preocupação dentro do partido com o fato de que, nas próximas eleições, eles serão julgados pela opinião pública como Governo. Então, têm responsabilidade com o que está aí e, ao invés de só funcionar como crítico e avalizador de fatos, precisa influenciar nas decisões, questionar, debater, tomar a frente.

Vamos criar o intercâmbio Governo-PMDB e vice-versa —, comenta Carlos Sant'Anna, que está certo de ter encontrado o melhor caminho para sua ação. Ele se queixa apenas do título pomposo que o Planalto lhe deu, porque sem ser visto como líder teria outras facilidades e provavelmente nenhuma hostilidade. Sua intenção é eliminar os obstáculos e restringir as queixas peemedebistas, no sentido de que o Governo hoje está mais próximo do PFL do que do maior partido da Aliança Democrática.

Por outro lado, assegura que vem encontrando boa receptividade para a tese de manutenção e revitalização da Aliança, no entender do Governo vital para atravessar o processo de transição. Acha Sant'Anna que ainda valem os motivos que levaram à formação dos compromissos para a Nova República. Os coordenadores de bancada ajudam com "estações repetidoras" e acabam funcionando também como retorno do pensamento dos constituintes, o que tem alimentado as esperanças de que os problemas serão superados.



Sant'Anna articula com Herman base de apoio ao Governo

"E até bom, porque isso me alivia", com essa frase, o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, concordou com o projeto de descentralização do partido, defendido durante a reunião de ontem da executiva nacional por vários parlamentares, principalmente pelo senador Afonso Camargo e pelo deputado Francisco Pinto, que lhe retirou atribuições mas o mantém na presidência do partido.

No encontro, decidiu-se que a executiva nacional voltará a se reunir na próxima semana para tomar outras deliberações destinadas a descentralizar as decisões. A manifestação do partido, de apoio ao ministro da Fazenda, Dilsun Funaro, e à sua política econômica, ficou igualmente de ser examinada na reunião da próxima semana.

O presidente do PMDB adiou para o próximo encontro a decisão sobre alguns temas polêmicos colocados na reunião como a definição do mandato do presidente Sarney, a discussão sobre a excessiva centralização da sua gestão como presidente do partido, e a substituição do 1º e 2º vice-presidentes, Pedro Simon e Miguel Arraes, que assumiram mandatos de governador em 15 de março.

Ulysses abriu a reunião informando que não haveria deliberação sobre a situação de Simon e Arraes, antes da resposta do TSE à consulta formulada para permitir que eles continuem titulares dos cargos, apenas licenciando-se. As funções seriam assumidas, interinamente, com a subida dos demais membros da executiva.

atos de corrupção. Frisou que, nessa oportunidade, o partido tinha projetos para o País, revelando-os através de várias publicações.

Segundo o deputado baiano, esses projetos nas áreas econômica, social, política e institucional ajudaram a formar uma verdadeira consciência nacional. A partir do momento em que o processo de abertura democrática se consolidou com a implantação da Nova República, o partido ascende ao poder e se acaba, na análise de Francisco Pinto.

O presidente do PMDB — disse, encarando Ulysses — tem uma energia extraordinária, uma enorme capacidade de trabalho, mas acaba dirigindo mal o partido em face do acúmulo de responsabilidades.

Continuando em sua crítica candente, afirmou que Ulysses não reúne o partido, mas costuma reunir "alguns amigos do Rei" em sua casa, tomando decisões em pequeno grupo em nome do partido. Com ironia, disse acreditar até que os demais membros da executiva, que não ele, sejam convidados para essas reuniões informais em que se tomam decisões para homologação.

Nesse sentido, acusou Ulysses Guimarães de ter dado apoio ao Plano Cruzado, em nome do PMDB, sem que a maioria fosse consultada. Assim também elaborou, através de reuniões informais em sua residência, o Regimento Interno provisório e o definitivo da Constituinte.

O deputado Francisco Pinto afirmou que se sente humilhado quando alguns jornalistas indagam se não participou de uma ou de outra dessas reuniões em casa do presidente nacional do PMDB. Quando é um jornalista veterano, com quem tem intimidade, confessa que não foi convidado.

Quando é um jornalista mais novo que não conhece, invento logo uma desculpa estarrapada — disse.

CRITICA

O deputado Francisco Pinto (BA) fez o mais contundente pronunciamento de crítica à forma como o deputado Ulysses Guimarães preside o PMDB há cerca de 17 anos, afirmando que o político paulista toma as decisões mais importantes em reuniões em sua casa, com pequeno grupo, deixando aos membros daquele órgão apenas a tarefa de homologá-las.

O parlamentar baiano referiu-se, indiretamente, à reunião realizada à noite de anteontem, na residência de Ulysses Guimarães, com a presença de alguns próceres do partido, quando ficou decidido que a executiva nacional só aprovaria o documento sobre a dívida externa, deixando para depois do

debate de Dilsun Funaro com a bancada, amanhã, pela manhã, o documento em que se solidariza com o ministro da Fazenda e com a sua política econômico-financeira.

Francisco Pinto elogiou a pauta da reunião de ontem, mas acentuou que o comportamento da direção do partido tem sido questionável, ao longo dos tempos. Disse que, quando o PMDB era partido de oposição, a executiva era extremamente tímida no enfrentamento do Governo Médici, quando ocorriam cassações de mandatos.

A partir do processo de abertura, no Governo Geisel, reconheceu que a executiva teve participação razoável quando denunciou a prática de violências contra os direitos humanos

FANTASMA

Francisco Pinto afirmou que todos os membros da executiva são como "verdadeiros fantasmas, espíritos desencarnados, imaginando que estamos no mundo quando fomos assassinados pelo presidente do partido, uma vez que nada decidimos e apenas homologamos as liberações assentadas nessas reuniões informais".

Acentuou que, frequentemente, ouve críticas no PMDB ao "centralismo democrático" do Partido Comunista. Lembrou que, naquele partido, as decisões costumam ser discutidas nas bases para se transformar em decisões da cúpula. No PMDB, segundo ele, as decisões são adotadas em círculo fechado para serem homologadas na executiva.

Enfatizou a necessidade de uniformizar o pensamento do partido, lembrando que até poderia sugerir a criação de um Secretariado Nacional, o qual se desdobraria em Secretariado Trabalhista, Secretariado para o Setor Jovem ou o Setor Feminino.

Apoio só depois do debate

Na reunião de anteontem à noite, na residência oficial da presidência da Câmara, convocada por Ulysses Guimarães, ficou certo que a Executiva Nacional apenas aprovaria um documento reforçando a posição do Governo e, em particular, do Ministro da Fazenda, em relação às negociações da dívida externa.

Ficou decidido, nessa reunião, que não aprovaria um documento de apoio à política econômica antes que o ministro da Fazenda, Dilsun Funaro, mantenha um debate aberto com a bancada, o que vai ocorrer amanhã, pela manhã. A ideia, segundo o senador Afonso Camargo, é examinar mais detidamente os problemas da economia e das finanças em face dos problemas sociais na reunião da Executiva que Ulysses deverá convocar para a próxima semana.

Participaram da reunião de anteontem à noite na residência de Ulysses os senadores Fernando Henrique Cardoso (líder do partido no Senado), Severo Gomes e Mauro Benevides (1º vice-presidente da Constituinte) e os deputados Luiz Henrique (líder na Câmara), Walmar De Lucca, Heráclito Fortes e Roberto Cardoso Alves.

O documento sobre política interna, com muitas críticas ao Governo, deixou de ser levado para a reunião de ontem da Executiva Nacional a partir do momento em que sofreu veementes críticas do senador Fernan-

do Henrique Cardoso e do deputado Roberto Cardoso Alves, que nele identificaram várias incoerências e contradições.

O documento encarecia a necessidade de reduzir os juros bancários, imprimir maior eficácia ao combate à inflação, impor uma realidade salarial e uma melhor distribuição de renda no País. Fernando Henrique Cardoso e Roberto Cardoso Alves classificaram o documento de demagógico e incoerente.

O senador Afonso Camargo (PR) tomou a iniciativa de defender a tese de que o PMDB precisa se definir claramente em relação ao Governo. "O partido precisa ter agora um debate com o Ministro da Fazenda sem constrangimentos, a fim de que seja possível discutir todos os problemas com franqueza", disse Camargo.

— Precisamos esclarecer o povo sobre o que está acontecendo. Diante do que o Ministro da Fazenda vai dizer, o partido poderá partir para formular com mais clareza suas posições — diz Afonso.

O parlamentar paranaense mostrava-se satisfeito, após a reunião, certo de que o PMDB começará a viver um novo tempo. Segundo Camargo, não apenas deverão ser descentralizadas as decisões, como o partido deve inaugurar um intenso debate interno para verificar qual a sua posição em face das diferentes políticas públicas do Governo.

Presidente recebe o PFL em jantar

No próximo dia 7 o presidente José Sarney oferece um jantar no Palácio do Planalto, com início previsto para as 20h30, às bancadas do PFL na Câmara e no Senado, todos os ministros pefelistas e suas mulheres, totalizando 282 convidados de acordo com a lista organizada pelo cerimonial do Palácio do Planalto.

A exemplo do que ocorreu com as bancadas do PMDB no Congresso e seus ministros, "este encontro faz parte da estratégia do presidente Sarney de estreitar cada vez mais as relações com os políticos objeti-

vando ampliar sua base de apoio parlamentar", segundo lembrou o porta-voz da Presidência da República, jornalista Frota Netto.

Este tipo de jantar político já foi oferecido, também, à Executiva do PMDB e do PFL e a todos os governadores, logo após a posse de 15 de março. O próximo jantar deverá ser oferecido ao PTB, na hipótese da ação de aproximação que vem sendo desenvolvida pelo líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, seja bem sucedida, com a integração do PTB à Aliança Democrática.